

A renovação do credenciamento da psicóloga SIMONE TOMAZ DE AQUINO ARIGONI - CRP 66145/06, estabelecida(o) na Rua Alcebiades Ramos da Silva, 18, Santa Terezinha, na Cidade de São Bernardo do Campo, CEP 09780-280, para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2024, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 49/2023).

A renovação do credenciamento da psicóloga TATIANA SANTOS DE OLIVEIRA– CRP 126256/06, estabelecida(o) na Rua Mediterrâneo, 52, Jd do Mar, na Cidade de São Bernardo do Campo, CEP 09750-420, para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2024, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 50/2023).

A renovação do credenciamento da psicóloga VALERIA AMBROSIO – CRP 261291/06, estabelecida(o) na Av. Imperatriz Leopoldina, 170, Nova Petrópolis, na Cidade de São Bernardo do Campo, CEP 09770-270, para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2024, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 51/2023).

A renovação do credenciamento da psicóloga VANESSA GONCALEZ SILVESTRE DE OLIVEIRA – CRP 73513/06, estabelecida(o) na Rua Mediterrâneo, 52, Jd do Mar, na Cidade de São Bernardo do Campo, CEP 09750-420, para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2024, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 52/2023).

A renovação do credenciamento da psicóloga VERA LUCIA DA CAMARGO – CRP 3481/06, estabelecida(o) na Av. Imperatriz Leopoldina, 170, Nova Petrópolis, na Cidade de São Bernardo do Campo, CEP 09770-270, para realização dos exames de avaliação psicológica exigidos na legislação vigente, para condutores e candidatos à obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. A autorização de funcionamento é conferida até o último dia do mês de março de 2024, pendente, ao final desse período, da renovação do pedido de funcionamento, nos termos do artigo 24 da Portaria Detran 70/2017. O prazo acima está vinculado a vistorias periódicas, podendo a qualquer tempo ser revogado, em caso de não atendimento dos requisitos da Portaria Detran 70/2017 e demais legislações em vigor sobre a matéria. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. (Port. 53/2023).

## Justiça e Cidadania

### GABINETE DO SECRETÁRIO

#### CHEFIA DE GABINETE

#### COMISSÃO ESPECIAL - DISCRIMINAÇÃO HOMOFÓBICA

Processo:019.00000158/2023-01(Ref.SJC-PRC-2021/00910) Interessado: L.M.I Assunto: Denúncia de discriminação, nos termos das Leis estaduais nº 10.948/2001 e nº 11.199/2002 .Vistos. Considerando que não há outras provas a produzir, declaro encerrada a instrução processual, abrindo-se prazo para apresentação de alegações finais, a se iniciar pelo denunciante, em dobro para este, diante da representação pelo Escritório Mattos Filhos, em razão de convênio firmado com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Na sequência, será aberto prazo aos denunciados, do que serão oportunamente inti-

mados, por intermédio de seus patronos, inclusive, para ciência em relação aos documentos apresentados atinentes à Sindicância Investigativa deflagrada pela Faculdade de Medicina da USP, conforme consignado em audiência. Publique-se. Advogados: Dra. Bianca dos Santos Waks-OAB/SP nº 405.768, Dra. Natália Crema Scheffer- OAB/ES nº 22.024, Dr. Vinicius Bernardes Vieira da Silva- OAB/SP nº 374.265 e Dr. Fábio Mourão Dutra-OAB/ SP nº 461.125

Processo: 019.00000184/2023-21 (Ref. SJC-PRC-2021/01234) Interessado: CPDS. Denunciado: A.B.D.S Assunto: Denúncia de discriminação em razão de orientação sexual, nos termos da Lei estadual nº 10.948/2001. Vistos. Não merece prosperar o pleito formulado pelo denunciado pretendendo a suspensão deste processo administrativo até o regular processamento da Ação Penal sobre os mesmos fatos, redistribuída à Justiça Federal, por força do acolhimento da Exceção de Incompetência arguida no Incidente nº 0022406-67.2022.8.26.0576. Conforme orientação entabulada pelo órgão jurídico da Pasta, ressaltou-se o posicionamento de que não há impedimento para o processamento do presente processo administrativo, a despeito da existência de ação penal pelos mesmos fatos na qual o denunciado figura como réu. Nessa senda, ante o princípio da independência das instâncias civil, criminal e administrativa, o que garante a autonomia do procedimento em tela e, não estando presentes as exceções a ele afetas, indefiro o pedido e determino o seguimento deste feito. Ainda, considerando tratar-se a prova dos autos material, consistente em publicações postadas nas redes sociais, não vislumbramos necessidade de dilação probatória, razão pela qual, dou por encerrada a instrução processual, abrindo-se prazo para apresentação de alegações finais, iniciando-se pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, que passou a integrar o polo ativo da demanda, na condição de custos vulneráveis, observando-se o prazo em dobro1, ante suas prerrogativas. Na sequência, será aberto prazo ao denunciado, do que será, igualmente, intimado.

1 14 (quatorze) dias contínuos. Processo:019.00000245/2023-51 Interessado: B.V.R Assunto: Denúncia de discriminação em razão de orientação sexual, nos termos da Lei estadual nº 10.948/2001. Vistos. Considerando a prova emprestada produzida perante a Comissão Especial-Discriminação Religiosa1, dou por encerrada a instrução processual, com abertura de prazo 7 (sete) dias contínuos para apresentação de alegações finais pela denunciada.Publique-se no Diário Oficial. Considerando, no entanto, que a acusada não está representada processualmente e, tampouco se manifestou no presente feito, apesar de citada, dê-se ciência deste despacho também, via postal, nos termos do artigo 4º, §2º, da Resolução nº 204/2022.

1 Link audiência - https://web.microsoftstream.com/video/4b5b711b-c991-4bb3-9ad3-36513da88aa2

### FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2023. Processo: PROCONSP-PRC-2023/00246.Participes: A Agência Nacional do Petróleo, gás natural e Biocombustíveis – ANP e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/SP. Objeto: Estabelecer uma sistemática de cooperação técnica e operacional entre os partícipes, visando, relativamente a empresas abrangidas pelo abastecimento nacional de combustíveis situadas no âmbito da competência do Procon/SP, a promoção de atividades de fiscalização, atividades de georreferenciamento, coleta de preços de combustíveis e intercâmbio de informações.Vigência: 60 (sessenta) meses.Parecer Jurídico C/JSC n.º 87/2023.

#### ASSESSORIA DE CONTROLE DE PROCESSOS

**Despachos do Assessor Executivo,**  
De 17-05-2023  
Vistos. I – Fl. 33: Ciência à Autuada. II – Prossiga-se o feito, inclusive com inscrição do débito na Dívida Ativa, na hipótese de inadimplemento.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB  
Proc. 2917/22-AI - 54667 D8 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - 00.360.305/0782-19 - SEM ADVOGADO.  
De 25-05-2023

Acolho o pedido formulado às fls. 740/741 e concedo o prazo suplementar de 15 (quinze) dias para o pagamento da multa. O boleto com o valor da pena pecuniária está disponível no site da Fundação Procon/SP, no link [www.procon.sp.gov.br/AUTOINFRACAO](http://www.procon.sp.gov.br/AUTOINFRACAO). Intime-se o autuado para ciência. Na ausência de pagamento, providencie-se a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB  
Proc. 6212/21-AI - 59598 D8 - XP INVESTIMENTOS CORRETORA CÂMBIO TÍTULOS VALORES MOBILIÁRIO S/A - 02.332.886/0001-04 - RODRIGO TANNURI - 310.320/SP - GABRIEL SPUCH - 408.625/SP.  
De 26-05-2023

Conforme certidão de fls. 58, a qual informa saldo deverdor em desfavor do autuado, determino a emissão de boleto com valor da diferença atualizada pelo IPCA-e, para pagamento em 30 (trinta) dias. Intime-se.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ – Advogado - OAB

Proc. 2014/21-AI - 54914 D8 - ANDRELINO LUIZ DA SILVA - 02.667.931/0001-73 - SEM ADVOGADO.

#### Decisões do Assessor Executivo, de 15-05-2023

Nego provimento ao recurso, mantendo a decisão de primeira instância, com multa fixada no valor abaixo, devendo o autuado comparecer para a retirada de apreensões, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de descarte, no caso de existência de auto de apreensão. Para pagamento da multa acesse a página da internet <https://www.procon.sp.gov.br/autoinfracao>. Por fim, fica indeferido o pedido de envio de intimações para o endereço indicado à fl. 112, uma vez que de acordo com o artigo 10, caput da Portaria Normativa Procon/SP nº 229/2022, a publicidade dos atos administrativos será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ - Multa em Reais – Advogado – OAB

Proc. 0486/21-AI- AI 50125 D8 - ROLDÃO AUTO SERVIÇO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - 05.800.256/0026-55 - R\$ 140.977,50 - JOSE FREDERICO CIMINO MANSSUR - 194.746/SP.

Nego provimento ao recurso, mantendo a decisão de primeira instância, com multa fixada no valor abaixo, devendo o autuado comparecer para a retirada de apreensões, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de descarte, no caso de existência de auto de apreensão. Para pagamento da multa acesse a página da internet <https://www.procon.sp.gov.br/autoinfracao>.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ - Multa em Reais – Advogado – OAB

Proc. 1654/21-AI- AI 54148 D8 - SUPERMERCADOS CAVICHIOLLI LTDA - 43.259.548/0001-63 - R\$ 83.500,25 - HENRIQUE SCHMIDT ZALAF - 197.237/SP - FELIPE SCHMIDT ZALAF - 177.270/SP;

Proc. 5151/21-AI- AI 57087 D8 - BANCO BRADESCO S.A. - 60.746.948/0475-00 - R\$ 74.436,12 - PAULO GUILHERME DARIO AZEVEDO - 253.418/SP;

Proc. 6312/21-AI- AI 59602 D8 - SOCIETE AIR FRANCE - 33.013.988/0001-82 - R\$ 11.941.653,22 - ALFREDO ZUCCA NETO - 154.694/SP - BEATRIZ CAMARGO GIACOMINI - 376.330/SP;

Proc. 1148/22-AI- AI 60217 D8 - DRIELE FERNANDA VAZ PEREIRA COM DE ROUPAS LIMITADA - 31.510.366/0001-34 - R\$ 797,44 - EDUARDO GERMANO SANCHEZ - 219.328/SP;

Proc. 2010/22-AI- AI 58247 D8 - POSTO FEDERAL DE SÃO CARLOS LTDA - 35.011.152/0001-74 - R\$ 50.125,33 - FAUSI HENRIQUE PINTAO - 173.862/SP;

Proc. 3551/22-AI- AI 61948 D8 - EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S/A - 80.227.796/0002-30 - R\$ 15.664,17 - SEM ADVOGADO.

Nego provimento ao recurso, mantendo a decisão de primeira instância, com multa fixada no valor abaixo, devendo o autuado comparecer para a retirada de apreensões, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de descarte, no caso de existência de auto de apreensão. Para pagamento da multa acesse a página da internet <https://www.procon.sp.gov.br/autoinfracao>. Por fim, fica indeferido o pedido de envio de intimações para o endereço indicado à fl. 100, uma vez que de acordo com o artigo 10, caput da Portaria Normativa Procon/SP nº 229/2022, a publicidade dos atos administrativos será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ - Multa em Reais – Advogado – OAB

Proc. 0926/22-AI- AI 59192 D8 - AUTO POSTO MARECHAL MERCADO SHOPPING LTDA. - 05.520.575/0002-30 - R\$ 7.832,08 - RICHARD ADRIANE ALVES - 167.130/SP.

Nego provimento ao recurso, mantendo a decisão de primeira instância, com multa fixada no valor abaixo, devendo o autuado comparecer para a retirada de apreensões, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de descarte, no caso de existência de auto de apreensão. Para pagamento da multa acesse a página da internet <https://www.procon.sp.gov.br/autoinfracao>. Por fim, fica indeferido o pedido de envio de cópia da decisão e intimações para a advogada indicada à fl. 62, uma vez que de acordo com o artigo 10, caput da Portaria Normativa Procon/SP nº 229/2022, a publicidade dos atos administrativos será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ - Multa em Reais – Advogado – OAB

Proc. 3884/22-AI- AI 62285 D8 - AMERICANAS S.A. - 00.776.574/0649-87 - R\$ 24.351,86 - MARIA VICTORIA SANTOS COSTA - 49.600/RJ.

Nego provimento ao recurso, mantendo a decisão de primeira instância, com multa fixada no valor abaixo, devendo o autuado comparecer para a retirada de apreensões, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de descarte, no caso de existência de auto de apreensão. Para pagamento da multa acesse a página da internet <https://www.procon.sp.gov.br/autoinfracao>. Por fim, fica indeferido o pedido de envio de cópia da decisão e intimações para a advogada indicada à fl. 71, uma vez que de acordo com o artigo 10, caput da Portaria Normativa Procon/SP nº 229/2022, a publicidade dos atos administrativos será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

Processo/Ano – Auto de Infração - Autuado – CNPJ - Multa em Reais – Advogado – OAB

Proc. 4032/22-AI- AI 61993 D8 - AMERICANAS S.A. - 00.776.574/0248-45 - R\$ 5.073,30 - MARIA VICTORIA SANTOS COSTA - 49.600/RJ.

### INSTITUTO DE MEDICINA SOCIAL E DE CRIMINOLOGIA DE SÃO PAULO

#### Apostila da Responsável pelo CRH de 25-05-2023

Declarando, nos termos da alínea “a”, do inciso I, do artigo 37, do Decreto 52.833/08, que em cumprimento a sentença proferida no Processo Judicial nº 1012157-31.2022.8.26.0482, que o Dr. Fabio Vinicius Dávoli Bianco, RG. 22.064.750-1, Médico Legista, do Centro de Perícias do Instituto Médico Legal, cadastrado no IMESC, para o fim de declarar que o teto salarial a ser aplicado deve ser feito de forma isolada, sobre a remuneração de médico legista, professor temporário da disciplina de medicina legal e médico perito (e seus reflexos), ficando a requerida compelida a não realizar os descontos do redutor salarial, sobre as verbas honorárias da ACADEPOL e das perícias que realizar como médico credenciado do IMESC, nos meses em que eventualmente receber, com base no redutor do inciso XI do artigo 37 da CF.

### FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE

#### EXTRATO DE ENCERRAMENTO

Processo SDE nº 1753/21 - FUNDCASASP-PRC-2021/01559 Parecer GTAU nº 142/2023 de 06/02/2023

Contratante: FUNDAÇÃO CASA-SP

Contratada: JODISA ENGENHARIA LTDA

Objeto: Termo de Encerramento das Obrigações Contratuais a Ordem de Serviço SCO nº 018/2021 - Lote 04, de execução de serviços para reparos e manutenção do muro perimetral, do abrigo de gás e do abrigo de bombas do CASA Mauá.

Data da Assinatura: 26/05/2023

#### EXTRATO DE ENCERRAMENTO

Processo SDE nº 1689/21 - FUNDCASASP-PRC-2021/01390 Parecer GTAU nº 0581/2023 de 23/05/2023

Contratante: FUNDAÇÃO CASA-SP

Contratada: FACCHIN CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Termo de Encerramento das Obrigações Contratuais a Ordem de Serviço SCO nº 009/2021 - Lote 08, de execução de serviços de pequenos reparos nas redes de lógica e elétrica (para computadores e televisores) e nas salas de tele audiência - DRVP. Data da Assinatura: 28/05/2023

#### DIVISÃO REGIONAL METROPOLITANA SUDESTE

#### Despacho do Presidente de 26/05/2023

Processo FUNDCASASP-PRC-2023/00497

Trata-se de procedimento licitatório para aquisição de carro multifuncional para limpeza.

Irresignada com a habilitação da empresa SB Multicom Comércio EIRELI para o item 1, a licitante Y.R DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI manifestou a intenção de interpor recurso e solicitou a abertura do prazo legal para apresentar memoriais (fl. 198).Presentes os pressupostos recursais, decidiu-se pelo seu regular recebimento e processamento. Conforme previsto na legislação e no instrumento convocatório, foi concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de memoriais. Todavia, referido prazo transcorreu in albis (fl. 198). Em contrarrazões, a empresa SB Multicom Comércio EIRELI argumentou que o recurso interposto foi meramente protelatório, já que o material ofertado atende na íntegra o previsto em edital, tanto que apresentado com a proposta e aprovado pela Comissão Permanente de Licitação (fl. 198). Em manifestação, o agente competente opinou pelo não acolhimento do recurso, pois “odos os atos administrativos foram revisados, não sendo encontrado qualquer vício, irregularidade ou equívoco que possa atingir a validade do certame licitatório. De todo o exposto, os responsáveis pelo procedimento certos de ter realizado julgamento objetivo observando os princípios reguladores da licitação: os princípios da legalidade, da impossolidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, e, por ter sido revestido o julgamento de todo o rigor necessário” (fls. 200/201).Ante todo o exposto, embora tenha havido a intenção de recorrer, o pedido de reforma está desacompanhado das razões que embasam a pretensão, motivo pelo qual NÃO ACOLHO O RECURSO interposto e MANTENHO A DECISÃO que sagrou como vencedera a empresa SB Multicom Comércio EIRELI, no Pregão Eletrônico DRMSE n.º 017/2023 - FUNDCASASP-PRC-2023/00497 (OC 171304170482023OC00015).

**PROCESSO FUNDCASASP-PRC-2022/11020 -Código Único:20221109243,**

Despacho da Diretora de Divisão, de 29/05/2023

Decorrido o prazo recursal sem a interposição de recurso administrativo por parte da empresa ANTONIA RAIMUNDA ALVES inscrito no CNPJ/MF sob o nº nº12.560.585/0001-83, contra a aplicação de multa por descumprimento injustificado de prazo fixado, decorrente da nota de empenho 2022NE00751 no valor de R\$ 162,36(cento e sessenta e dois reais trinta e seis centavos),fica mantida a decisão da autoridade competente, publicada no D.O. de 16/05/2023, tornando-se definitiva a partir da data de publicação deste despacho.

